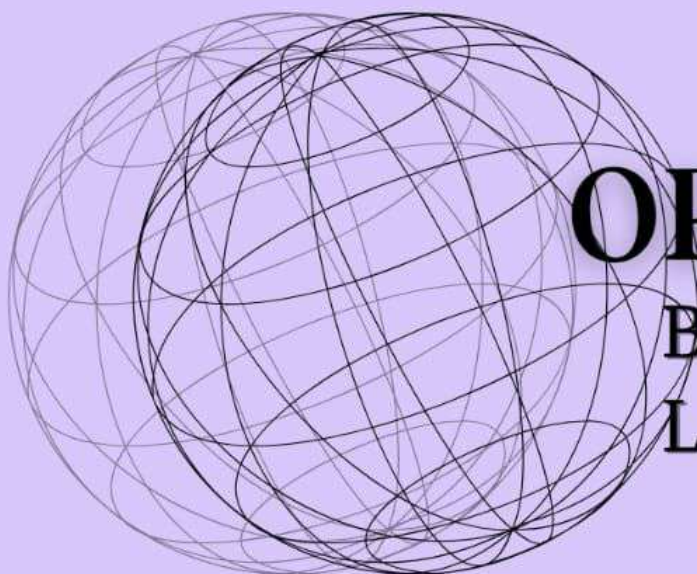




ORBIS

Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.3 – Nº 10
SETEMBRO-DEZEMBRO/2025

ISSN: 2965-2235

O Brasil na Arquitetura de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: uma inserção estratégica no Atlântico Sul

*Eduardo Freitas Gorga **

A atuação institucional brasileira no contexto da Arquitetura de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a partir do seu ingresso formal no ano 2000, coopera para o desenvolvimento dos Estados africanos lusófonos.

A CPLP é um fórum integrador de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, nações cujo português é o idioma oficial, onde as relações institucionais são potencializadas pela cooperação. Destaca-se que os referidos países africanos não possuem contiguidade geográfica, estão majoritariamente na costa ocidental do seu continente, o que favorece a inserção estratégica do Brasil no Atlântico Sul.

Outrossim, as ações do governo brasileiro na cooperação em defesa na CPLP passam por avanços e recuos históricos nos seus interesses, se consideradas as iniciativas introdutórias do fórum e a, subsequente, institucionalização dos atos pela aprovação de documentos normativos oficiais, no contexto estratégico das suas cúpulas periódicas de chefes de Estado e de governo, cujas decisões são tomadas por consenso e vinculativas para todos os integrantes (Rizzi, 2025).

Logo, sob o escopo da reativação, reabilitação e da reafirmação da liderança internacional do Brasil, este artigo permeia o exame do aprofundamento da cooperação brasileira na CPLP de defesa, com foco na sua inserção regional no Atlântico Sul, onde está o seu entorno estratégico afastado.

A Arquitetura de Defesa da CPLP

Em uma conjuntura de ameaças assimétricas, como a do início do século XXI, a CPLP planejou implementar uma Arquitetura de Defesa comum sustentada, segundo a Figura 1, gerando capacidades para que os seus Estados-membros confrontem, em melhores condições, os novos ilícitos internacionais. A denominada “Arquitetura de Defesa da CPLP” provém de iniciativas regulares implementadas, como reuniões de chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, a criação do Centro de Análise Estratégica (CAE) e a assinatura do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, dentre outras (Rizzi, 2025).

Figura 1 - A Arquitetura de Defesa da CPLP

Fonte: Bernardino e Rizzi (2023)

Em seus 28 anos de existência, completados em 2026, foram realizados eventos e iniciativas estratégicas, políticas e acadêmicas, envolvendo civis e militares, como cimeiras de chefes de Estado para a formalização dos acordos e protocolos de cooperação, reuniões de órgãos específicos para a discussão dos interesses comuns do grupo, intercâmbios para exercícios de adestramentos combinados entre as Forças Armadas, congressos, seminários, publicações e cursos de capacitação para os militares dos países-membros.

Além disso, atividades de cooperação foram priorizadas a partir de questões de “segurança humana” nos países em tela, como nos eventos danosos, recentes, advindos da pandemia da Covid-19 e nas possibilidades de catástrofes naturais ou outras causadas pelo homem. De modo geral, as atividades citadas estão inscritas no significado de cooperação bi-multilateral proposto para este concerto lusófono (Bernardino e Rizzi, 2023).

A Arquitetura de Defesa da CPLP possui uma “Identidade de Defesa” própria, de 2015, e pode ser caracterizada, dentre outras atividades gerais, por quatro edições do seu Colégio de Defesa; pela Estratégia para os Oceanos, de 2010; pelo Mecanismo de Cooperação entre as Forças Armadas para Situações de Catástrofes, de 2021; pelo Fórum de Saúde Militar, realizado em dezenove circunstâncias; nas sete Conferências das Marinhas; e no Plano para Implementação da Resolução das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança, em conformidade com as questões de igualdade de gênero na comunidade internacional (Bernardino e Rizzi, 2023).

Salienta-se que a consolidação do papel precípua dos mares esteve entre os variados debates dos altos estamentos da CPLP de defesa. Esta relevância pode ser

evidenciada pelo espaço do seu Triângulo Estratégico, com implicações para a inserção regional brasileira no Atlântico Sul.

O Triângulo Estratégico e a atuação brasileira na CPLP de Defesa

Para a CPLP, a promoção da revitalização das prioridades voltadas para os oceanos fortalece as interações no “Triângulo Estratégico” do fórum (Bernardino e Rizzi, 2023). A partir da Figura 2, percebe-se que a área do “Triângulo Estratégico” da CPLP está concentrada sobre os oceanos Atlântico e Índico, onde está o entorno geoestratégico em que gravitam os interesses prioritários da comunidade, segundo os seus Estados-membros, com destaque especial para Moçambique, na extremidade Sul da reta vermelha, por ser sede do CAE (Ribeiro, 2024).

Figura 2 - O Triângulo Estratégico da CPLP



Fonte: Camelo et al. (2020)

Nesse diapasão, os interesses geopolíticos do Brasil, consubstanciados na região propulsora do “Triângulo Estratégico da CPLP”, advém da evidente dimensão atlântica do fórum, em que o mar é considerado elemento vital, contando também com uma área de influência no Sudeste da Ásia e Oceania, a partir do ingresso do Timor-Leste em 2002 (Rizzi, 2025). No cenário em questão, o governo brasileiro esteve à frente da presidência da CPLP, que possui caráter rotativo, de 2002 até 2004, e entre 2016 e 2018 (Brasil, 2014). Para a sua interação e apoio neste fórum, cabe ressaltar que o Brasil obtém destaque a partir de setores como agricultura, educação e defesa (Hirst, 2010).

Ressalta-se que, em 2010, a Declaração Final da I Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP foi marcada pela aprovação da Estratégia para os Oceanos da comunidade, dentre outras decisões, com destaque para a intenção da

criação de um projeto pedagógico para a mobilização da comunidade civil a fim de afirmar a cultura e identidade marítima da CPLP. Nesta, o Brasil esteve representado pelo Almirante-de-Esquadra Júlio Moura Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha (CPLP, 2010). A Estratégia para os Oceanos abarca variados assuntos relacionados aos mares, a fim de desenvolver políticas integradas para a capacitação de uma rede de recursos humanos, otimizando a gestão para o desenvolvimento sustentável dos oceanos (Bernardino e Rizzi, 2023).

Ademais, em 2022, ocorreu a VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP, em que o Brasil esteve representado pelo Capitão de Mar de Guerra Eduardo Rabba Tozzini, Adido de Defesa e Naval junto da Embaixada do país em Lisboa, em substituição ao Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Almir Garnier Santos. O tema do evento foi “A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada - novas abordagens”, com o propósito de implementar as Marinhas da CPLP no combate à pesca ilegal (CPLP, 2022). Cabe frisar que, em mais de duas décadas de relações diplomáticas, foram realizadas quatorze cimeiras de altos escalões políticos, como nas reuniões bianuais de chefes de Estado, visando o alinhamento permanente dos objetivos do fórum.

Conclusões

O Brasil, ao integrar a Arquitetura de Defesa da CPLP, promove interações institucionais que possuem significativa importância para a construção e o aperfeiçoamento do setor de defesa dos países africanos lusófonos.

Em síntese, os problemas e as limitações desta cooperação geram oportunidades para os interesses brasileiros decorrentes dos desafios comuns dos membros do fórum, especialmente dos PALOP, impulsionando o Brasil ao Atlântico Sul.

Nota-se que medidas de atuação comuns podem fortalecer os Estados africanos lusófonos em variados setores, ampliando os seus interesses sobre os temas prioritários para a Comunidade, como do setor de defesa.

Constata-se que, a partir das ações do CAE, soluções compartilhadas são trabalhadas conjuntamente e articuladas no contexto das reuniões e estudos dos especialistas, em busca de um possível padrão que atenda as disparidades territoriais e regionais dos integrantes da comunidade.

Finalmente, o Brasil atua de modo estratégico na CPLP, onde os laços históricos e culturais favorecem maiores possibilidades de ações conjuntas entre os seus Estados-

membros, sejam bi ou multilaterais, com atenção para a cooperação em defesa pela sua inserção regional no Atlântico Sul.

Referências

BERNARDINO, Luís M. B.; RIZZI, Kamilla R. (Coord.). **25 anos de Cooperação de Defesa na CPLP**. Lisboa: Mercado de Letras Editores, 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**. 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/cplp>. Acesso em: 21 fev. 2026.

CAMELO, Francisco *et al.* Triângulo Estratégico da CPLP: A Centralidade de Moçambique e sua Importância Geoestratégica. **Revista Estratégica**, Maputo, n. 2, p. 2-15, 2020.

CPLP. **Ata da VII Conferência das Marinhas e Guardas Costeiras da CPLP**. Lisboa, 2022.

CPLP. **Estratégia da CPLP para os Oceanos**. Lisboa, 2010.

HIRST, Mônica. **As relações Brasil-África em ritmo de cooperação Sul-Sul**. CEBRI, 2010.

RIBEIRO, Júlia S. **Cooperação em defesa: desafio e oportunidades para a CPLP**. 2024, 153 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Internacional e Defesa) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa, Escola Superior de Guerra, 2024.

RIZZI, Kamilla R. O Brasil na CPLP: entre interesses, potencialidades, desafios e inconstâncias da cooperação em defesa (1998-2024). **Revista Tempo do Mundo**, n. 37, p. 183-214, 2025.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança – PPGEST, da Universidade Federal Fluminense. E-mail: efgorga@id.uff.br